

Ney Bello

“... E OS JUÍZES
FORAM EMBORA
DE BERLIM”

e outras inquietações

2024

1.1

A cidade das religiões

Jerusalém: cidade sagrada para três religiões. Três religiões que se subdividem dentro dos muros da cidade velha. Cidade velha que abriga algo bem diferente dos espíritos elevados multifacetados e tolerantes. Dentro daqueles muros não se respira a paz que as religiões pregam.

A cidade dourada carrega consigo tantas intolerâncias e tantos ódios que é impossível cruzar a Porta de Jafa ou a Porta de Damasco sem sentir o peso das divergências. Jerusalém também é a cidade da paz impossível.

O judeu ortodoxo que reza vestido de preto à moda do século XVIII e sacudindo seu corpo ritmadamente junto ao Muro das Lamentações a repetir a cabala, nada tem a ver com o cristão russo-ortodoxo que lava insistentemente uma pedra de mármore na igreja do Santo Sepulcro sob a crença de que o corpo de Jesus foi limpo naquele local por Maria e Madalena. E nenhum deles tem qualquer relação com o muçulmano sunita que não sai de dentro do templo da rocha para falar com qualquer não islâmico – e nem permite a entrada de quem não seja, como ele, crente – na certeza de que naquele local Maomé ascendeu aos Céus para se encontrar com Alá.

Em nenhum outro local do mundo estes espaços são contíguos e fazem parede-meia uns aos outros. Mais ainda, não vê outro lugar onde a posse de espaços traga consigo também o ódio do outro possuidor seu vizinho que, dada a proximidade, usurpa o direito sagrado de cuidado e uso do lugar de Deus.

E mesmo os caminhos de Jesus, Moisés e Maomé não são unívocos. Dentro dos muros eles se subdividem em ao menos

quatro vertentes religiosas católicas: a ortodoxa da Armênia, a ortodoxa grega, a ortodoxa russa e a católica apostólica romana. Há judeus que se rivalizam em duas posições religiosas – ortodoxos e não ortodoxos – e há muçulmanos que podem ser alauítas, sunitas ou xiitas. Isto sem contar com os calvinistas e os luteranos, que também possuem seu lugar de culto na Cidade Velha e recebem seus adeptos evangélicos.

Jerusalém, com tantas divindades religiosas, é um caldeirão que ferve prestes a derramar; é uma bomba relógio no aguardo da próxima explosão. Não pelo fato de muitos rezarem para múltiplas versões do seu Deus monoteísta, mas porque rezam na certeza de que são os únicos legitimados, e excluem os demais.

Transpor aqueles portões durante quinze dias reforçou em mim um agnosticismo que já andava de braços dados com o humanismo e com a tolerância. A paz e o respeito ao outro estão completamente ausentes da metafísica que banha a cidade.

Há limitações do direito de ir e vir; há metralhadoras nas esquinas; há ódio decorrente da escolha do Deus; há disputa por espaço que decorre exatamente da sacralização dos lugares e do desejo de fruição exclusiva do ícone físico que representa o sagrado.

Em Jerusalém, a religião não faz parte do espaço privado. Muito ao revés, ela congloba todos os limites da vida humana. Ela é totalitária e excludente. Tanta crença gera infinitos ódios, que geram violência e mortes.

Pisar Jerusalém é entender que ao invés de existirem para trazer felicidade, as religiões podem existir para trazer dor. “Mais lágrimas foram derramadas por preces atendidas do que por preces rejeitadas.”

Jerusalém terminou-me sendo a cidade do agnosticismo! Ela me mostrou que a inexistência de religião parece ser a única forma de tolerar o diferente, de obter paz com o outro e salvar a beleza histórica de uma cidade que se confunde com a própria existência humana.

1.2

Votar, rezar e amar...

Não são poucas as conquistas da modernidade. É certo que nosso modo de pensar é fruto do acúmulo de experiências através dos tempos, mas a viragem da racionalidade definiu a humanidade tal e qual a vemos hoje. Dentre as tantas gênesis tributárias do Iluminismo uma delas é a marca do Ocidente: a separação entre religião e Estado, com a fixação das compreensões metafísicas do mundo no espaço privado, longe da seara pública.

A privatização da metafísica é necessária para que possamos conviver com a diversidade de crenças e de entidades que adoramos em nossas vidas particulares. “Meu pai Oxalá” não é menos importante que “Nosso Senhor Jesus Cristo”, e nem guarda assimetria com “Maomé”. Deus, Alá ou Javé podem ser entronizados em quaisquer lares e em quaisquer altares, porém jamais devem guiar os desígnios de um Estado laico.

A lição iluminista já vem de mais de dois séculos, mas parece que num dado momento ela foi esquecida e as trevas e as cavernas escuras substituíram a praça e as arenas, nesse lado sul do atlântico onde se fala a língua de Camões.

Deus virou a desculpa para atos que representam muitas outras coisas, menos quaisquer bons sentimentos. E nessa prática abusiva de ressignificação de termos como “Deus” ou “Fé”, passou-se a pregar a violência, o armamentismo e a intolerância.

E se não fosse o bastante pregar que a religião deveria condenar à morte os homoafetivos, os miseráveis, os encarcerados e os “comunistas”, ainda se propaga com base na fé a liberdade de portar armas e agredir os outros. E mesmo que tal já não extrapolasse o limite do aceitável, ainda se verbaliza que esta assunção de ideias torpes deva ser capitaneada pelo próprio Estado, junto com o seu líder que faz pose fazendo metáfora de arma com os dedos das mãos.

Um Deus que prega violência e apoia a intolerância? Nada mais contraditório com o próprio conceito, que é metafísico por excelência. E com isso os terreiros, os pretos, os pobres, os povos originários e os muçulmanos vão sendo vítimas de intolerância e de agressões em nome de uma fé totalmente diferente daquela professada por Francisco. E com isso, o Estado vai perdendo uma por uma todas as conquistas da modernidade, tornando-se uma extensão do mundo privado e, pior, do universo particular de quem usa Deus como um negócio e a religião como uma desculpa.

Vale lembrar que as palavras Deus, Pátria, Família – acopladas à ideia do “acima de tudo e de todos” – foram usadas em terras alemãs há pouco mais de setenta anos, e suas consequências nefastas são sentidas e lembradas até hoje.

1.3

A intolerância bate à porta

A linearidade da história já foi negada diversas vezes por acidentes factuais. Quando se imaginava que as fogueiras do Rossio e a Santa Inquisição eram um passado remoto, milhões de judeus encontraram o desprezo e a morte em Auschwitz e Treblinka.

A história se submete a fluxos e refluxos, e nem sempre o mal e a intolerância estão definitivamente banidos; nunca é certo que o passado distante se vá esquecido. Ele pode retornar com muita força, se as precondições se apresentarem mais vivas do que nunca.

Minha geração cresceu na brisa da igualdade, navegou nos ventos da aceitação das diferenças e viu-se madura na tolerância.

O Brasil da crise política é o Brasil do xenofobismo, do sectarismo e do desrespeito às diferenças. Com muita facilidade se vê agressões a homossexuais, a movimentos sociais, aos negros, às esquerdas e ao ateísmo. De repente, não mais que repentinamente viramos intolerantes.

Por qual razão?

“É a economia, estúpido”, diria Bill em outro contexto, a partir do *slogan* criado por James Carville.

Se a economia fez Clinton manter-se popular em meio a escândalos morais, a mesma economia fez o Brasil andar para trás, abandonando todos os seus ganhos éticos. “Em tempo de farinha pouca, meu pirão primeiro”, diria a senhora que vendia bombons na calçada da casa de minha avó.

O governo era de esquerda, e propunha políticas de igualdade e de renda mínima. Apostava na inclusão social como instrumento de crescimento e rompia com o elitismo, a aristocracia, a segregação e as exclusões sociais.

Veio a crise cíclica no universo do capital e o Brasil foi trago para o ralo do capitalismo.

O caos econômico foi associado aos movimentos sociais, à igualdade, à alteridade, à liberdade feminina e à inclusão social. O direito dos homossexuais passou a ser visto como decorrente de ato que prejudica a vida dos heterossexuais do país. Um horrendo estupro coletivo pôde ser pensado como “explicável” pela conduta da vítima.

Cuidar dos outros, incluindo-os na sociedade e exercitando a igualdade, rivalizou-se com perseguir e oprimir quem trabalha.

Colarinhos-brancos foram perdoados e bonés vermelhos, combatidos. A ética do pensar o outro como um irmão foi negada pela crueza do dinheiro pouco.

O ateísmo cedeu a discursos religiosos emotivos que limitam a liberdade de não crer em Deus. As cotas no ensino vilipendiadas, e as rendas mínimas reclamadas como salário para preguiçosos.

O Brasil se viu egoísta.

E não raro algum *Bota-para-moer*, de braços dados com *Rei-dos-Homens* clama por um elitismo, um militarismo, uma monarquia.

Ou respiramos fundo e sossegamos nossa mente em meio à crise ou a história se repetirá como tragédia.

Mais que nunca, precisamos nos vigiar contra a intolerância, ou os anos que vivemos serão conhecidos como o tempo em que o Brasil, definitivamente, andou para trás.

1.4

O ano que não terminou

Explicar o que foi o ano de 2013 através das lentes da ciência política ou sob o crivo da sociologia é tarefa impossível no tempo presente, e não será tarefa fácil no futuro. Zuenir Ventura terá de ser competentemente substituído por algum historiador ou literato que consiga pôr em papéis e tintas o que terá sido esse ano que ainda não acabou.

Não mais que de repente, vimos eclodir movimentos populares clamando por mudanças e trazendo a reboque sentimentos obscuros e obtusos que já haviam sido, acreditávamos, superados pelos movimentos racionais do pós-guerra. Pela primeira vez em muitos anos vimos a ocupação de ruas e praças pela direita, e não mais por sindicatos ou movimentos de esquerda, como foi o hábito urbano desde os tempos da ditadura militar.

Misturada à pauta de mobilidade urbana e discussão acerca do preço das passagens de trens, ônibus e metrô vieram à ribalta reclamações contra o sistema educacional, o sistema de saúde e a segurança pública e a direção da economia.

Até esse ponto, nada de novo no *front*.

Porém, o que se tornou incompreensível, ou se cognoscível para alguns, ao menos novidadeiro, foram as pautas públicas de exclusão social, de xenofobismo, de armamentismo, de sexismo, de machismo, de racismo, de intolerância e de conservadorismo que vieram acopladas aos movimentos públicos e que terminaram por clamar contra a inclusão social, contra a igualdade de gênero, contra o serviço de saúde universal, contra a universidade pública, contra as políticas de combate à fome e, pasmem, contra os direitos humanos. Não fora o bastante, chegou-se

publicamente a reclamar da democracia, solicitar e incentivar golpe de estado e ditadura.

Esse é um país que não é para ser analisado ou pensado por amadores, sem dúvida.

Talvez uma resposta para tudo que aconteceu há não mais que dois anos deva estar na facilidade com que os conceitos são turvados e torcidos; deve estar na tranquilidade como que a linguagem é usada por muitos sem qualquer aderência à realidade. Uma virtualidade absoluta que abandona a correspondência entre linguagem e objeto real, entre o conceito e o próprio objeto.

O próprio conceito de “homem de bem” é construído sobre *topoi* que nada têm a ver com correção moral ou ética. O Homem de bem é, sobretudo, mau.

A culpa do homem de bem não ter tido sucesso na vida é do “governo” ou de outro sujeito que toma o seu lugar “injustamente”.

A hipercomunicação comprime o dia a dia das pessoas com conceituações distorcidas e intensifica o processo de culpa do outro pelo malogro individual. Essa narrativa termina por distorcer a realidade e, a bordo do mito da neutralidade da linguagem, impõe as ideias gestadas na irracionalidade virtual sobre o mundo dos fatos. Muitos anos de consumidores inseridos não fizeram de todos nós cidadãos republicanos.

Haverá muito a ser analisado num futuro próximo, quando estaremos distantes desses fatos... longe o bastante para analisar o ano de 2013. O ano que não terminou.

1.5

As palavras e os homens

A palavra precede o homem. Esta é a mais importante lição dos Ukuluns, um povo que ocupou em tempos imemoriais as estepes de um continente que já não existe mais.

As informações que chegaram até nós vêm apenas de inscrições cuneiformes, interpretadas e traduzidas por arqueólogos de uma única universidade, localizada no sul da França. Trata-se de uma civilização esquecida que se construiu pela palavra.

Ao invés de criar a sua própria linguagem, a civilização dos Ukuluns foi criada por ela. Eles são fruto das palavras pronunciadas e escritas, são consequências das letras arregimentadas para a formação de sons. Até então, as palavras eram desprovidas de qualquer sentido.

Antes do acontecimento aqui narrado, elas eram apenas letras agarradas umas às outras em razão da necessidade de sobrevivência, pois o viver e o morrer eram fatos condicionados às possibilidades físicas de os seres pronunciarem-nas. Acaso uma letra se juntasse a outra sem que a união permitisse qualquer som emanado pelos trogloditas existentes nas estepes, a palavra nascente seria esquecida, e então estaria condenada à morte. O esquecimento da palavra era a sua sentença de morte, e o instinto de sobrevivência é que fazia com que as letras se agregassem de uma maneira ou de outra.

Conforme sabemos, em uma manhã invernal as palavras fugiram das escrituras e das bocas e ganharam o mundo. Em fuga, diversas delas despedaçaram-se em letras, ditongos, tritongos, hiatos e sílabas – agudas e tônicas. Foi uma festa pagã,

por assim dizer, de palavras – inteiras e mutiladas – que, em fuga para ganharem o mundo, divorciaram-se da tirania dos sons e das leituras ininteligíveis e percorreram todos os limites do mundo conhecido. Não percorreram os quatro cantos porque, segundo se sabe, as estepes eram circulares, o que permitiu às palavras apenas circularem pelo mundo conhecido. Sabe-se que as vogais foram se aproximando das coisas mais simples, mais terrenas, mais amenas. Chegaram mesmo a se afeiçoarem às coisas vivas, dando leveza e desenvoltura às matérias as quais se aproximaram. Já as consoantes, mais duras, inflexíveis, tenderam a chegar perto das coisas complexas, do metafísico, do etéreo, do intangível.

Não havia, até então, homens para delas se apropriarem, e as palavras corriam soltas, aproximando-se de um lugar qualquer para logo em seguida alçarem voo em direção a outros objetos, outros seres e outros elementos. É provável que a ideia segundo a qual é por meio das palavras que se pode pensar e, portanto, voar, não fosse uma metáfora, mas sim uma recordação do tempo em que as letras e palavras voavam pelas estepes em busca de objetos.

Após séculos circulando, aproximando-se e depois fugindo de materiais, lugares, seres e coisas, um evento inusitado ocorreu. Uma palavra apaixonou-se tão fantásticamente por um ser inanimado que dele não mais quis se distanciar, e passou a viver uma relação de perfeita fusão, ou simbiose e, não mais que de repente, a palavra passou a significar o objeto, e o objeto tendia a ser conhecido pela própria palavra. Era o começo da era dos Ukuluns, conhecida como “Era da significação”.

As palavras começaram a correr atrás de tudo o que existia para se apaixonarem e viverem a sua história de amor eterno. Tudo que até então existia passou a estar agregado a alguma palavra, em um romance que se dizia eterno e que se chamaria, segundo o vernáculo do futuro, denotação. A denotação ou significado denotativo era o nome do romance, que se queria eterno, entre as palavras e as coisas.

Hoje quando acordei as palavras haviam fugido de meu dicionário, e as páginas do meu velho livro amanheceram em

branco. Estamos no século XXI e é um tanto mais difícil acreditar que as palavras saíram para passear e branquearam as minhas páginas. Talvez algum efeito cientificamente explicável, ligado à tinta ou ao papel, seja mais factível.

A história que eu desejo contar não acaba aí. Não termina com a fuga das letras inanimadas, em busca de objetos de furtiva paixão. Assim como no mundo dos seres humanos, no mundo das palavras os amores não são eternos, e algo que hoje se conhece por certa palavra, no futuro poderá ser conhecido por outra palavra.

Se nos tempos dos Ukuluns assim foi, nos tempos dos pós-modernos em que vivo este movimento parece ser diferente. Hoje vivo o tempo das palavras fugitivas. O tempo das palavras que deixaram meu léxico para correrem atrás de outras formas. A fuga das palavras é o tropeço da verdade.

O que é honestidade? Democracia? Direito? Justiça? Essas provavelmente foram fugitivas de primeira hora que abandonaram meu dicionário. Palavras corredoras à procura de objetos num mundo pós-moderno, pré-histórico, para alguém dos Ukuluns.

1.6

Falsos conceitos

A humanidade sempre se utilizou de narrativas para esconder a verdadeira razão das ações humanas. A hipocrisia nunca foi uma exceção, e sim uma prática. A política de quotas raciais apenas se torna um problema quando o filho da empregada doméstica entra na universidade pública e a filha da patroa não; democracia só é um conceito válido para o “homem branco” quando ele consegue fazer com que a maioria siga as suas ideias e vontades. É assim.

Tem sido assim.

Quando o defensor da família não educa a sua própria família; quando o brado dos valores familiares, morais e educacionais se confundem com violência, armas para crianças, homofobia e machismo, como crer na fixidez de conceitos?

Discursos moralistas que terminam por construir uma elegia à violência agridem a ideia de legitimidade do próprio narrador.

A hipocrisia graça como mera narrativa mentirosa para esconder o real. Uma desculpa para a negação de fatos e para manter em engano que termina por confiar no esvaziamento conceitual.

Sabemos o que são pedaladas fiscais?